

A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura:

Presenças Clássicas
nas Literaturas de Língua Portuguesa

Volume III

**coordenação
científica:**

Cristina Pimentel
e Paula Morão





A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura:

Presenças Clássicas
nas Literaturas de Língua Portuguesa

Volume III

documentos

A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura:

Presenças Clássicas
nas Literaturas de Língua Portuguesa

Volume III

coordenação científica: Cristina Pimentel e Paula Morão

revisão: Maria Luísa Resende, Ricardo Nobre e Rui Carlos Fonseca

direcção gráfica: Rui A. Pereira

ilustração da capa: Paulo Jorge Pereira

coleção: documentos

impressão:

primeira edição: Lisboa, Novembro 2017

ISBN: 978-989-8465-35-1

978-972-9376-40-5

depósito legal: aaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaa

todos os direitos reservados

© **Campo da Comunicação, 2017**

Av. de Berna, 11, 3.º, 1050-036 Lisboa

tel.: 21 761 32 10

e-mail: c.comunicacao@netcabo.pt

facebook: Editora Campo da Comunicação

Todos os textos recolhidos neste volume foram submetidos a arbitragem científica.

Este livro é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito do projecto UID/ELT/00019/2013.

Índice

Cristina Pimentel Paula Morão, Palavras prévias	7
Maria do Socorro Fernandes Carvalho, Introdução ao Estudo do Conceito Retórico de Modelo	9
Maria Luísa de Oliveira Resende, Leituras renascentistas de Luciano: o prólogo da <i>Comédia Aulegrafia</i> de Jorge Ferreira de Vasconcelos	25
Ricardo Nobre, “E perdoe-me a ilustre Grécia e Roma”: sobre história antiga n’ <i>Os Lusíadas</i> , de Luís de Camões	37
Luís Miguel Ferreira Henriques, A Cena Típica da Cruz	51
Maria do Céu Fraga, Um poema a quatro mãos: Faria e Sousa comentador e poeta	65
Marcelo Lachat, A consolação da poesia em sonetos morais de D. Francisco Manuel de Melo	81
Arnaldo do Espírito Santo Cristina Costa Gomes, Presença dos Clássicos nas Cartas de Tomás Pereira, S.J. (1646-1708)	93
Zulmira Santos, As margens do texto e a herança clássica: a segunda edição de <i>O Feliz Independente</i> (1786) de Teodoro de Almeida	107
Cíntia Martins Sanches, A produção e a tradução de tragédias em decassílabo português e o estilo tradutório de Cândido Lusitano para o <i>Édipo</i> de Sêneca	123
Ana Rita Figueira, Os Antecedentes da Guerra de Tróia em <i>A Bella Helena</i> de Mendes Leal	135
Abel do Nascimento Pena, Eloquência e liberdade: Demóstenes e a <i>Oração da Coroa</i> nas versões de Latino Coelho e de Vieira de Almeida	147
Ana Paula Pinto, A presença da Antiguidade Clássica nos relatos memorialísticos da ficção queirosiana	169
Miguel Filipe Mochila, Presença e vontade do classicismo em Eugénio de Castro	193
Patrícia Soares Martins, A Arena Pagã do Barão de Teive: Para uma Leitura de <i>A Educação do Estóico</i> de Fernando Pessoa	207

Pedro Braga Falcão, Quando regressam os deuses? Para uma teologia das odes de Ricardo Reis	221
António Cândido Franco, O Espírito Bárbaro Cristão e o Demónio Ciceroniano: Aspectos do São Jerónimo de Teixeira de Pascoaes	237
Cristina Abranches Guerreiro, Ecos de <i>Dáfnis e Cloe</i> em <i>A Via Sinuosa</i> de Aquilino Ribeiro	245
Marina Pelluci Duarte Mortoza, Safo na Grécia, Faustino no Brasil: a solidão da noite alta	253
Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Auroras e manhãs homéricas no Sertão de Rosa (I)	267
Maria José Ferreira Lopes, <i>Cuius est ueritas?</i> Dois retratos memorialistas pós-modernos da imperatriz Agripina	277
Isabel Pires de Lima, Vergílio Ferreira: Declinações da presença dos clássicos	299
Rosa Maria Goulart, Vergílio Ferreira: a cultura dos “poetas mortos”.	313
Ana Seiça Carvalho, Sobre o envelhecimento: visões de Marco Túlio Cícero e de Vergílio Ferreira num esboço comparatista	323
José Pedro Serra, Enquanto um mundo cai, <i>Um deus passeando pela brisa da tarde</i>	333
Francisco Saraiva Fino, Catástase e Ruína – Entre Synésius de Cirene e João Miguel Fernandes Jorge	345
José Cândido de Oliveira Martins, Metamorfoses de Narciso na poética de Nuno Júdice	355
Rosa Costa, O regresso aos clássicos em “Canto marítimo” e “A infinita fiadeira”.	367
Ana Isabel Correia Martins, <i>Uma Viagem à Índia:</i> itinerâncias melancólicas de um (anti)-herói clássico	377
Cristina Costa Vieira, <i>A Rocha Branca</i> , de Fernando Campos: uma imagem heterodoxa de Safo?	389
Testemunhos	
Teolinda Gersão	403
Lídia Jorge	409

Eloquência e liberdade: Demóstenes e a *Oração da Coroa* nas versões de Latino Coelho e de Vieira de Almeida

Abel do Nascimento Pena*

Destronado há muito do cânone de autores preferidos dos estudos clássicos, Demóstenes foi um dos maiores vultos da oratória ateniense, cujo génio ensombra a consciência ocidental há dois mil e quatrocentos anos. Vale a pena determo-nos um pouco sobre a vida deste orador que foi para a oratória o que Homero foi para a poesia, “orador por antonomásia”¹.

Filho de um rico artesão ateniense, Demóstenes, filho de Demóstenes, do demo de Peania², nasceu em 384 a. C. com várias deficiências. Na sociedade ateniense do século IV, um recém-nascido portador de deficiência ou indesejado corria dois graves riscos: por um lado o risco de exposição, isto é, de abandono e morte provável, por outro, a eventualidade de nunca ver reconhecidos os seus direitos de cidadão³.

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos | appena1@campus.ul.pt

¹ Lesky (1995: 629). Recorde-se que Demóstenes figura na lista dos chamados dez oradores áticos, ao lado de Antífonte, Andócides, Dinarco, Ésquines, Hipérides, Iseu, Isócrates, Licurgo e Lísias.

² A cerca de 10 km de Atenas. Todo o cidadão ateniense tinha três nomes: *onoma* (nome próprio), *patronymikon* (nome do pai), *demotikon* (nome do demo) (cf. Hansen 2001: 96).

³ Na mitologia grega vários mitos contam a prática da exposição de crianças indesejadas ou deficientes abandonadas à nascença: é o caso de Páris abandonado na montanha e adoptado por pastores, tendo voltado para ruína de Tróia, o de Édipo, o de Perseu abandonado no mar ou, noutras latitudes, o caso de Moisés. Na época de Demóstenes, Atenas teria pouco mais de trinta mil cidadãos (só homens) na sua maioria grandes proprietários rurais, que representariam cerca de dez por cento da população total (mulheres e crianças). Entre escravos e metecos, a população da Ática rondaria os quatrocentos mil habitantes.

De complexão física muito frágil, o rapaz era tão enfezado que a mãe não ousava sequer inscrevê-lo na palestra, nas aulas de ginástica. Durante muito tempo foi uma espécie de *kakós*, “vilão”, objecto de *bullying*, diríamos hoje, de outras crianças que lhe deram a alcunha de *Batalos* (nome de um tocador de flauta efeminado ou “parte do corpo que o pudor me dispensa de nomear”, refere Plutarco, *Dem.* 4). Órfão de pai aos sete anos de idade, ficou sujeito às prepotências de tutores sem escrúpulos que desbaratarem a sua herança considerável e injuriosamente o chamavam “cita”, numa alusão à origem “bárbara” da mãe.

Na cidade em que o culto da perfeição, do belo e do bom (*kalokagathia*) se assume como padrão estético entre as classes sociais mais elevadas e as artes do discurso (*technai*) ou a arte oratória (*technê*) favoreciam os mais dotados, Demóstenes teve de lutar contra várias falhas e deficiências, entre as quais a dificuldade de elocução, o ceceo e a gaguez⁴. Dando provas de grande tenacidade e espírito agonístico, revela uma paixão lúcida e sombria e uma vontade férrea de vencer que mais tarde lhe assegurariam o efeito electrizante sobre as massas. Esta *aretê* e o permanente cultivo do espírito, lendo e frequentando Platão, como sabemos por Plutarco e Cícero (*Or.* 15), fizeram com que, ao atingir a maioridade⁵, não só recuperasse em tribunal parte da sua herança, como aumentasse consideravelmente a sua riqueza, exercendo a profissão de logógrafo⁶, de político e de estrategista.

A Oração da Coroa no contexto político ateniense

Demóstenes é contemporâneo de grandes figuras da política e da cultura atenienses. Entre as maiores pontifica Aristóteles. Em campos opostos, ambos viveram num período conturbado da história grega, entre o apogeu cultural da Grécia e o declínio político de Atenas que culminou na ruína da liberdade grega. O fim da democracia ateniense tem causas remotas e próximas. Quanto às primeiras fixemo-nos apenas no facto de ser a democracia ateniense uma democracia directa, frágil por natureza e minada pelas tentações hegemónicas da própria cidade que a viu

⁴ Quintiliano (*Inst.* 1) refere-se à dificuldade de articular correctamente o *lambda* e de o distinguir do *rho*.

⁵ Entre os dezassete e os vinte anos.

⁶ Escrever discursos para “clientes” era uma profissão muito corrente em Atenas. O logógrafo não trabalhava por conta própria, mas por conta de um mentor ou patrão (*prostatês*). Além de actividade bem remunerada, possuía ainda a vantagem de poder estabelecer uma rede de contactos entre a classe política ateniense.

nascer⁷. Quanto às segundas, o ponto de ruptura está num acontecimento político quase banal, mas que viria a transformar definitivamente a história da Grécia Antiga: a subida ao trono de Filipe II da Macedónia em 360 a. C., a humilhante derrota dos gregos na batalha de Queroneia em 338 a. C., a impulsiva destruição de Tebas por um jovem comandante de apenas dezoito anos, chamado Alexandre Magno, filho de Filipe II. Deste modo, Atenas esteve sob o domínio militar macedónio até 322 a. C.

Os Atenienses não culpavam Demóstenes pela derrota de Queroneia; encarregaram-no, sim, a ele que tinha tomado parte na batalha como hoplita⁸, de pronunciar o elogio fúnebre em honra dos mortos caídos em combate⁹. Era altura de recuperar energias, de fortalecer o ânimo dos cidadãos e reconstruir as muralhas da cidade. Com um espírito de liderança e eficácia que lembram os tempos de Péricles, empenha-se nessa tarefa congregando todas as sinergias pan-helénicas, oferecendo ele próprio ao erário público cem minas de ouro da sua fortuna pessoal.

Em 336 a. C., isto é, pouco mais de dois anos depois da derrota de Queroneia, Ctesifonte, um amigo influente do círculo político de Demóstenes, propôs que o

⁷ A democracia é introduzida e viabilizada por Clístenes em 507 a. C. Recorde-se que o conflito armado entre Atenas e Esparta, a chamada Guerra do Peloponeso, é da quase exclusiva responsabilidade de Atenas. Efectivamente, em 404 a. C. Atenas é cercada e ocupada pelos Espartanos comandados por Lisandro, que põe fim ao regime democrático, instaurando um regime aristocrático governado pelos Trinta Tiranos. Em 403 a. C. a democracia é restaurada por Trasíbulo. Até 403/2 as leis eram codificadas e escritas em pedra. Há que distinguir entre *nomoi*, leis propriamente ditas, e *psephismata* (decretos). Aparentemente só as leis eram escritas. A expressão e a decisão da democracia ateniense é a Assembleia (*Ecclesia*) e o seu Conselho (*Boulê*). Ali se reúnem várias vezes por ano centenas de cidadãos. Havia a ala da democracia moderada e a ala radical, mas só os hoplitas, representantes da facção militar, tinham verdadeiros e plenos direitos de cidadania, e daí falar-se em “hoplite democracy” (Hansen 2001: 302). Os cidadãos menos favorecidos recebiam uma remuneração que lhes permitia viver sem trabalhar. Um certo projecto de lei é apresentado e defendido por um cidadão eminente, discutido e, em caso de divergência, é votado. Quando se trata de um processo, são escolhidos juizes, cidadãos voluntários, com menos de 30 anos. Aristófanes (*Cavaleiros*) conta-nos que esses cidadãos são remunerados a três óbolos por audiência, ou seja recebem um salário de meio-dia de trabalho de um trabalhador. No *Contra Timócrates*, Demóstenes refere que os juizes faziam um juramento solene de “votar em conformidade com as leis e os decretos do povo ateniense”. Para mais informações, consultar Ferreira (2004: 94-ss.); sobre a democracia no século IV a. C., Hansen (2001: 300-ss.).

⁸ Soldado grego de infantaria armado de lança e escudo.

⁹ O exemplo mais conhecido desta prática é a famosa “Oração fúnebre” que o historiador Tucídides coloca na boca de Péricles em honra dos Atenienses caídos em combate nos primeiros anos da Guerra do Peloponeso (*História da Guerra do Peloponeso*, 2.34-41).

orador fosse solenemente reconhecido, no teatro, na festa das Grandes Dionísias¹⁰, com uma coroa de ouro, pelos seus méritos de cidadão, de grande estadista e patriota. É nesta conjuntura que surge a *Oração da Coroa*, cujo processo se arrastará durante uns longos seis anos (Gagarin 2012).

Os contornos sombrios do processo são largamente transmitidos pelo *corpus* demosténico, mas os factos relatados na *Oração da Coroa* remontam a cerca de seis anos antes, ainda em vida de Filipe, segundo lemos num dos argumentos (*hypóthesis*) antigos do *Corpus Demosthenicum* transmitido por Libânio que precede a *Oração da Coroa*:

A acusação foi apresentada ainda Filipe era vivo, mas o discurso (*lógos*) e o julgamento (*krísis*) datam do tempo em que Alexandre lhe sucedeu. Na verdade, quando Filipe morreu, os Tebanos, tendo recobrado ânimo, expulsaram a guarnição. Alexandre, sentindo-se desprezado, arrasou Tebas; em seguida, arrependido e envergonhado, deixou a Grécia e lançou-se numa expedição contra os Bárbaros. Por seu lado, os Atenienses pensaram que tinha chegado a ocasião (*kairós*) de levarem a julgamento os traidores que tinham feito mal à Grécia, e foi assim que se reuniu o tribunal¹¹.

O acusado não era Demóstenes, mas Ctesifonte, membro do Conselho (*Boulê*); o acusador era Ésquines, um conhecido orador ateniense. Para melhor entendimento eis aqui a proposta de Ctesifonte (Démosthène 2000: 7):

Considerando que Demóstenes, filho de Demóstenes, prestou ao povo ateniense muitos e notáveis serviços; que, pelos seus decretos, tanto noutra tempo como nas circunstâncias presentes, prestou auxílio a muitos dos nossos aliados; que libertou algumas cidades da Eubeia; que continua dedicado ao povo ateniense, quer falando quer agindo em favor dos Atenienses e dos outros Gregos, por tais motivos entendeu o Conselho e o Povo ateniense coroa-lo [...] com uma coroa de ouro no teatro por altura das Grandes Dionísias quando se representassem as tragédias novas.

¹⁰ Também conhecidas por Dionísias Urbanas. Estas festas realizavam-se na Primavera (Março-Abril) em honra do deus Dioniso Eleutério. Eram organizadas pelo arconte epónimo e foram instituídas na época dos Pisístratos (VI a. C.). Duravam aproximadamente três dias. Era um festival muito concorrido e disputado com diversas competições e concursos. O momento mais esperado e emocionante era o da representação das tragédias a que concorriam grandes nomes como Ésquilo, Sófocles e Eurípides.

¹¹ Tradução e adaptação nossa (edição utilizada: Démosthène 2000: 9).

A proposta foi aceite. Ésquines, porém, opôs uma objecção de natureza jurídica argumentando com a ilegalidade do decreto: que Demóstenes não tinha prestado contas públicas da sua gestão nem enquanto administrador do *theorikon*¹², nem enquanto responsável das fortificações de Atenas.

O cerne da acusação de Ésquines é um ataque *ad hominem* que pretende arrasar a vida e a acção política do seu adversário¹³. Ctesifonte, o único acusado juridicamente, fez uma defesa breve e inconsistente. Demóstenes, pelo contrário, na qualidade de *synegoros* (“orador convidado, advogado”) produziu um dos mais vibrantes e apaixonados discursos da oratória ateniense, a *Oração da Coroa* (Todd 2005: 98-101).

Na sua essência, o discurso de Demóstenes é, como refere tão expressivamente Maria Helena da Rocha Pereira (1987: 13-14), “uma eloquente apologia da liberdade”, uma vibrante e enérgica defesa dos valores da pátria, motivos ancestrais que radicam numa visão gloriosa do passado ateniense. Em substância, eis em forma de prosopopeia o trecho unanimemente reconhecido como um hino à liberdade grega:

Mas não, não é possível que tenhais cometido um erro, Atenienses, tomando sobre vós o risco de lutar pela liberdade e salvação de todos. Não! Por aqueles dos nossos antepassados que foram os primeiros a expor-se ao perigo em Maratona, por aqueles que entraram na batalha em Plateias, por aqueles que travaram combate naval em Salamina e Artemísio, e por muitos outros valentes que jazem nos monumentos públicos e a quem a todos igualmente a cidade sepultou, por os considerar dignos da mesma honra, ó Ésquines, e não só aqueles que foram bem-sucedidos e venceram! E com justiça: pois quanto cabia ao dever de valentes, todos o cumpriram; quanto à sorte, cada um teve o que a divindade lhe destinou.¹⁴

¹² Fundo do tesouro instituído por Péricles destinado a pagar aos cidadãos pobres a entrada no teatro. Progressivamente este fundo foi sendo alargado a outros festivais. No tempo de Demóstenes os *theorika* eram aplicados nos grandes festivais pan-helénicos.

¹³ Os ataques *ad hominem* são um verdadeiro tópicum comum (*koinòs tópos*) não raro entre os oradores do séc. IV a. C. Ésquines (*Contra Timarco*, 190-191) é um exemplo clássico desse lugar-comum e, por estranho que pareça, os antigos propunham a peroração do seu discurso como um dos modelos clássicos mais reputados do género judiciário. A tradição manteve-se nos *progymnasmata* de Hermógenes e de Téon. Este lugar-comum era particularmente eficaz nos libelos acusatórios, tendo por meta suscitar a indignação dos juízes (cf. Pernot 1986: 276-277).

¹⁴ Latino Coelho (LC): p. 70; Vieira de Almeida (VA): p. XXVIII; Démosthène (2000: 28). Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira (1987: 14).

Convém dizer que o debate judicial na Grécia é sempre vivo, directo e frontal, e tem efeitos e consequências imediatas sobre a vida política e privada dos oradores, não sendo mera retórica literária (Yunis 2005). Demóstenes, por seu lado, tem uma visão de democracia bastante radical. Para o orador, a argumentação retórica centrada no *ethos* e no *pathos* do orador (*Dem.* 19.184) é um dos fundamentos da democracia constitucional; esta argumentação não deve nunca ocultar provas documentais e testemunhais (*písteis atechnoi*); deve ser eminentemente pragmática, com resultados imediatos e à vista de todos, isto é, à vista de centenas ou milhares de cidadãos que esperam a sua vez de votar de braço levantado.

No tempo de Demóstenes, a maioria dos estadistas atenienses na Assembleia do Povo eram oradores, havendo alguns gerais com pouco poder que defendiam uma democracia mais musculada, a democracia hoplita. Muitas vezes nas democracias ocidentais o que se debate nos parlamentos serve de matéria para alimentar os meios de comunicação, enquanto muitas decisões são tomadas à porta fechada no mais absoluto segredo dos gabinetes. Em Atenas a democracia é aberta, directa, frontal e muitas vezes brutal, como podemos observar neste passo em que Demóstenes acusa Ésquines, na prosa de Latino Coelho (p. 81):

Abjecto, ó Atenienses, abjecto é o caluniador, sempre e em toda a parte devorado pela inveja e sedento de rixas e contensões! Tal é este homúnculo, de índole vulpina, que jamais, desde o princípio de sua vida, nada fez que fosse honesto e digno de um homem livre; macaco teatral, rústico Enomeu, orador adúltero....

Estamos, pois, diante de um *agôn* judicial, de um confronto na barra do tribunal que termina na condenação de uma das partes. A habilidade oratória impõe-se aos factos e às falsas evidências. Demóstenes foi absolvido por mais de quatro quintos dos votos. Ésquines foi condenado a pagar uma pesada multa e perdeu o direito de cidadania (a chamada *atimia*). Não podendo pagar a multa, Ésquines abandonou Atenas e exilou-se em Rodas, onde fundou uma escola de retórica, cuja reputação viria a atrair numerosos estudantes durante a época helenística e romana¹⁵. Conta-se que Demóstenes terá oferecido ao seu humilhado adversário um talento de ouro para pagar a viagem.

¹⁵ Entre os alunos mais célebres contam-se Cícero e César.

Demóstenes na versão de Latino Coelho e de Vieira de Almeida

Que motivos terão levado Latino Coelho e Vieira de Almeida a escolherem a *Oração da Coroa* (Περὶ τοῦ Στεφάνου) para tradução, quando dispunham de um *corpus* demostênico tão vasto quão variado¹⁶?

Como vimos, na sua essência, o discurso de Demóstenes é uma apaixonada defesa da liberdade grega. Convém lembrar que a retórica nasce, desenvolve-se e alcança o seu apogeu na Grécia num sistema democrático que repousa sobre a liberdade de palavra, um privilégio concedido a todos os cidadãos que se interessam pelo bem da cidade¹⁷. Não é, pois, difícil de entender que as principais traduções e versões da obra viessem a lume em épocas em que a democracia e a liberdade de expressão eram ameaçadas por regimes totalitários e crises políticas. Tomem-se como exemplos: a edição latina da *Primeira Olíntica* pelo Cardeal Bessarion em 1470, em plena guerra contra os Turcos; a versão de Friedrich Jacob (1833), sob a ameaça de Napoleão; a versão de Clémenceau (Paris, 1929) no período a seguir à Primeira Guerra Mundial; a de Engelbert Drerup durante o mesmo período; a edição crítica de George Mathieu (Paris, 1947), redigida durante o conflito da Segunda Guerra Mundial; a de Latino Coelho, publicada em 1877, mas redigida em 1870, durante a crise da monarquia e da república (3.^a ed. 1914; 4.^a ed. 1918-22); enfim, a de Vieira de Almeida em 1956, quando surgem os primeiros movimentos de libertação na Índia e nas colónias de África, e Humberto Delgado faz tremor o regime de Salazar. Todas estas versões surgem numa Europa ameaçada por regimes imperialistas e totalitários, atentados à liberdade e momentos de inquietante crise política. É como se a imagem do orador intransigente da independência e da liberdade ateniense contra o imperialismo macedónico suscitasse por toda a parte chamadas de ardor e revolução. Com efeito, ainda que sem a dimensão que teve noutras latitudes, as sucessivas edições da tradução da *Oração da Coroa* de Latino Coelho em Portugal provam que o conhecimento do orador e a apologia dos ideais democráticos gregos não eram alheios aos defensores dos ideais da Revolução Liberal de 1820, nomeadamente no que se refere ao carácter participativo do novo regime liberal¹⁸.

¹⁶ Sob o nome de Demóstenes chegaram até nós sessenta e um discursos proferidos na Assembleia. Catorze deles são considerados genuínos datados de 354-341 a. C.

¹⁷ *A priori*, o modelo retórica/democracia não era possível em Roma, onde vigorava uma mentalidade diferente da grega, apenas compatível com o rígido funcionamento das instituições romanas republicanas, cujos representantes eram eleitos por poderosas clientelas. Além de desconfiados, poucos romanos tinham acesso à tribuna para defender os seus interesses. Até aos Gracos, profundamente filelénicos, a retórica e a eloquência gregas não conquistaram grande simpatia entre os Romanos.

¹⁸ Com efeito, alguma imprensa da primeira metade do século XIX faz eco de episódios da vida do orador, como o que dá origem precisamente à *Oração da Coroa*. Cf. *O Ramalhete* de 11 de Maio de 1843, n.º 271, ou de 6 de Junho de 1844, n.º 327, além de referências n' *O Panorama*.

O estudo introdutório de Latino Coelho

A versão da *Oração da Coroa* é precedida de um extenso estudo introdutório sobre a civilização grega, uma verdadeira demonstração de virtuosismo e saber enciclopédico, exemplo português de rara erudição que reduz a mero apêndice o texto de Demóstenes. Nada menos que vinte e dois capítulos distribuídos por mais de quatrocentas densíssimas páginas, com citações e textos gregos bastante abundantes, embora de origem duvidosa. A abordagem conceptual revela-se muito dependente da “*Weltgeschichte* teutónica” como ele próprio diz, nela figurando nomes referenciais e novíssimos da filologia clássica germânica como Duncker, Winkelmann, Humboldt, Max Müller, F. Schelegel, R. Curtius, mas também o francês Littré ou o sueco S. Nilsson e muitos outros eminentes filósofos alemães, entre os quais Hegel e a suas *Lições sobre a Filosofia da História*.

No universo cultural português do século XIX, a introdução de Latino Coelho tem um efeito cultural profiláctico, denso e profundo. O antigo deputado e ministro regenerador do Partido Republicano (fundado em 1876) não esconde a sua admiração por Demóstenes, a quem considera modelo e personificação da oratória ateniense (LC: pp. VII-VIII):

Quando a musa ateniense, como que já cansada e desfalecida pelos voos arrojados, a que por séculos se aventurara nas mais altas regiões da inspiração, principiou a ser mais avara de seus frutos originais, a turba dos logógrafos, dos escoliastes, dos críticos e dos biógrafos imprimiu novo relevo às orações do eloquentíssimo tribuno, de cuja voz potente e de cujos rasgos assombrosos durava ainda viva a tradição na ágora já deserta, depois das extremas agonias da liberdade. Demóstenes vivo, Demóstenes veemente, Demóstenes alternativamente banido ou laureado pelos seus concidadãos, Demóstenes orador, Demóstenes monstro, Demóstenes *tò thêrion* (τὸ θηρίον), Demóstenes falhado, ouvido, aclamado [...], Demóstenes morto, Demóstenes escrito, Demóstenes correcto, Demóstenes vencido... é agora modelo e espelho a que se compõem os oradores letrados, os artistas da palavra, os que fazem a arte de comover, deleitar, persuadir um quasi ofício mecânico, que tem regras para ditar a convicção e preceitos para arrasar as lágrimas dos olhos do auditório.

Se a “Grécia é como um Titã que disputa com Zeus a majestade”, Demóstenes, qual Titã dos tempos históricos, é “o último genuíno representante do espírito da

Grécia”, porque é nos tempos do orador que se inflama a luta entre a liberdade grega e a futura civilização, ainda oculta por detrás do broquel do macedónio. Demóstenes representa o egoísmo ateniense, egoísmo generoso, patriótico, sublime de heróica devoção, e de gloriosa pertinácia. Filipe e Alexandre consubstanciam a aspiração da humanidade, a aspiração porventura inconsciente ou nebulosa, mesclada de ambição e de vaidade. O partido ateniense em frente da parcialidade macedónica. Em Demóstenes o culto da liberdade e da justiça e o princípio sacrossanto do governo local e autonómico. Em Filipe e Alexandre o vago, mas feliz, pressentimento de que acima da intolerância patriótica estão os vínculos e os interesses que suprimem para a vida comum da humanidade as fronteiras das nações. Demóstenes é a eloquência, que defende o estreito lar doméstico, para o sequestrar ao contacto impuríssimo dos bárbaros. Alexandre é a espada, que supera a eloquência, para alargar a civilização e chamar os bárbaros à comunhão das ideias e princípios iniciados pela Grécia.¹⁹

Refere Maria Helena da Rocha Pereira que o extenso estudo de Latino Coelho, “que durante muito tempo foi um marco quase isolado na desoladora parcimónia do conhecimento da Antiguidade no espaço cultural português, suscitou, logo na altura da sua publicação, viva controvérsia”²⁰. A introdução de Latino Coelho contém algo de manifesto político e cultural, o que naturalmente causa reacções numa geração tão célebre quanto sensível como é a Geração de 70. Não partilhava Latino Coelho das correntes liberais, nem dos ideais do socialismo libertário de Proudhon, que tutelava por então a tertúlia do Cenáculo lisboeta, e cujo mentor era, desde 1867, Antero de Quental, amigo do socialista Oliveira Martins²¹.

Numa carta a Ramalho Ortigão, Oliveira Martins (1926: 27-32) escreve, com alguma ironia e sentido crítico, que há na obra de Latino Coelho “muita sabença de segunda mão”, acrescentando que em tanta erudição o douto deputado segue “os chavões de Duncker, Ritter etc.”. Ora, as fontes de Latino Coelho são ao mesmo tempo claras e dúbias, porquanto se há muito grego nas páginas e notas de rodapé, não se consegue descortinar com clareza qual foi a edição seguida pelo autor para a sua tradução de Demóstenes. Latino Coelho vive numa época de grandes e frenéticas descobertas arqueológicas e filológicas no mundo grego, entre homens de grande erudição e políglotas,

¹⁹ LC: p. CDXII. Apesar deste aparente favoritismo por Demóstenes, Latino Coelho considera Ésquines “o mais duro adversário de Demóstenes” atribuindo a ambos os oradores o estatuto de “atletas da tribuna”. Intr., *op. cit.* CDXII-CDXIII.

²⁰ Para uma visão crítica de *A Oração da Coroa* de Latino Coelho no panorama português, cf. Rocha Pereira (1987: 25-29).

²¹ Sobre Oliveira Martins, cf. Pires (1997).

entre atentados ao património cultural grego e falsificações arqueológicas. Recorde-se o caso do jovem Champollion e a sua decifração da Pedra de Roseta, o estranho caso do senhor Heinrich Schliemann, o comerciante alemão que, além de falar uma dúzia de línguas, aprendeu o grego homérico em três meses, facto que o levou à descoberta do suposto tesouro de Príamo (King 1997). Recorde-se ainda o caso de Thomas Bruce, Lord de Elgin, no início do século XIX: em 1801, desloca-se à Grécia que estava sob ocupação otomana e consegue uma autorização do governo turco, reinava na altura o sultão Selim III, estipulando que “ninguém o podia impedir de retirar as figuras esculpidas na Acrópole ou os blocos de pedra esculpidos com inscrições”. Em consequência desmontou o friso do Pártenon a tiros de canhão e levou-o para Inglaterra. É de supor que Latino Coelho acompanhasse de perto estas e outras efemérides semelhantes.

Mas a herança clássica não é absolutamente indiferente a Oliveira Martins. Basta ler o seu *O Helenismo e a Civilização Cristã*, editado em 1878, que ainda hoje é um brilhante estudo sobre o mundo clássico que rivaliza em erudição com a introdução de Latino Coelho, sendo que no primeiro as fontes são essencialmente francesas e filosóficas e no segundo são germânicas e filológicas. No que concerne aos oradores áticos, o autor refere frequentemente Isócrates, orador ateniense cujo estilo panegírico está bem patente no *Panatenáico*, uma obra de horizontes pan-helénicos; mas não refere nem uma única vez o nome de Demóstenes, defensor intransigente da liberdade grega contra o imperialismo macedónico, o que não deixa de ser estranho. No entanto, no seu *Febo Moniz*, um romance histórico datado de 1867, julgamos ver subjacente a ameaça do expansionismo napoleónico na Península, acerca da qual fará mais tarde a apologia da unidade geográfica, social e cultural, considerando a Península Ibérica uma espécie de modelo estratégico no contexto mundial do século XIX. Fica assim esclarecido que na “desoladora parcimónia do conhecimento da Antiguidade no espaço cultural português”, Latino Coelho não é o único representante.

Latino Coelho e Oliveira Martins seguem as grandes tendências culturais do seu tempo. Ambos concordam quanto às turvas e nebulosas origens orientais da civilização pan-helénica (Martins 1985: 57-58), seguindo, aliás, a bem conhecida tese hegeliana formulada em *Lições sobre a Filosofia da História*. Percebe-se que Latino Coelho vivia com grande expectativa os trabalhos pioneiros em linguística comparada indo-europeia, as novíssimas descobertas do sânscrito como língua parente do grego e do latim, tuteladas por Friedrich Bopp e Rasmus Rask entre 1815 e 1820, as teses germânicas sobre as línguas e a mitologia indo-europeia, a indologia como ciência dos antepassados europeus, cujo mentor era o filósofo alemão Friedrich Schlegel com a sua obra *Ensaio sobre a Língua e a Sabedoria dos Indianos*, publicada em 1808. F. Schlegel é teoricamente o

primeiro indólogo: é ele quem introduz o termo alemão *Arier*, um empréstimo da língua sagrada dos indianos, o sânscrito *arya*, que significa “puro, nobre”. Assim rapidamente se cria o mito das origens de uma genealogia ariana que originou a polémica designação das línguas em indo-germânico vs. indo-europeu. O mito ariano pretende conferir à Alemanha uma espécie de identidade irredutível e intransponível situada nas origens puras. Infelizmente os raciólogos do nacional-socialismo alemão, entre eles Ernst Rosenberg – intelectual influente e ideólogo do partido nazi –, depressa se apoderaram da indologia para fins eminentemente condenáveis.

Insuflado pelos ventos do Ganges que sopram em toda a Europa pela voz de Duncker e de Weber, Latino Coelho dedica todo o capítulo VII à filosofia e ao pensamento filosófico de Brahma, à sabedoria indostânica e aos textos védicos num desvio desproporcionadamente colossal aos objectivos da obra.

Como conclusão de um longo exercício especulativo, Latino Coelho conclui lapidarmente: “O zend (da bactriana) sonha, o indostânico delira, o grego pensa. Ao zen pertence a sensibilidade, ao brâmane a fantasia, ao helénico a razão” (p. LXXXVII). Nestas simples palavras, Latino Coelho sintetiza admiravelmente o chamado milagre grego: os gregos foram os primeiros povos a filtrar as influências culturais de outras civilizações, a criar a filosofia, a ciência, as artes, o mito, mas também a definir o indefinido (*ápeiron*) e a razão, esse *logos* que dá à Grécia uma supremacia cultural única no espaço mediterrânico e europeu (LC: p. LXXV):

Quando o pensamento helénico, rompendo os primeiros grilhões da mitologia, se encontra face a face com a natureza e deixa de ver um deus em cada um dos seus fenómenos... o Oriente é já de longos anos apercebido para a especulação e para a ciência. Mas a Grécia, a principiar nos Jónios mais vizinhos e quase familiares à vida asiática, se não improvisa de um só jacto as teorias filosóficas, desveste-as de qualquer indumento mitológico, e aparece como um Titã a disputar a Zeus a majestade.

Muitos dos conceitos expressos por Latino Coelho estão hoje ultrapassados por novas descobertas, nomeadamente no que respeita ao influxo fenício sobre os mitos gregos ou à origem ariana da mitologia grega, segundo os estudos de Max Müller. Naturalmente, estamos longe dos primórdios da civilização minóica que Arthur Evans viria brilhantemente a desenterrar; estamos distantes das descobertas arqueológicas levadas a cabo por Schliemann e seus sucessores imediatos, Wilhelm Dörpfeld e Carl Blegen, em Tróia e em Miconas, longe também da visão dos pré-socráticos e sofistas, verdadeiros precursores da sociologia política moderna, como reconhecerá um século depois Vieira de Almeida.

Vieira de Almeida

Vieira de Almeida (1888-1962)²², figura de grande relevo na sociedade portuguesa durante a primeira metade do século XX, foi também ensaísta, docente e matemático. Professor de Filosofia e de História, combina a vertente académica com a do helenista convicto, para quem, no entanto, a Grécia não é já a *paideia* perfeita e a ruína ideal do Romantismo. Consciente das mudanças históricas e institucionais operadas no seu tempo, atento às novas ciências e saberes emergentes, explora os novos paradigmas da sociologia política, cuja essência decorre dos grandes vultos do pensamento grego, Sócrates, Demóstenes, Platão, Aristóteles e os sofistas, precursores da sociologia política. Esta apologia dos sofistas reflecte uma nova realidade da cultura grega que não escapa ao autor, na sua única, mas pertinente referência à tradução de Latino Coelho: “Deve-se a Latino Coelho, no Prefácio da sua tradução da *Oração da Coroa*, uma boa exposição sintética da cultura grega, a que a preocupação da prosa académica e do paralelo não prejudica o mérito em outro aspecto. Nela se encontra justa compreensão do valor e importância dos Sofistas” (VA: p. 47, n. 8).

Entre o estudioso do período histórico a que se reporta a *Oração da Coroa* e o compromisso cívico e político do cidadão Vieira de Almeida há um elo de ligação e continuidade que se reflecte na forma como analisa a miragem de um ideal democrático ateniense concebido para melhor legitimar a harmonia de uma razão ocidental nascida na Hélade. O texto de Vieira de Almeida é um texto publicado em plena crise salazarista e naquele ímpeto de liberdade que não chega a concretizar-se com o general Humberto Delgado. Salvaguardando as distâncias que advêm de novos estudos e perspectivas sobre a oratória ateniense, o prefácio à tradução de Vieira de Almeida constitui, nas suas também longas cem páginas, um marco assinalável de grande actualidade psicológica, social e política. Assim o é também o discurso de Demóstenes, pois, como o próprio autor reconhece (VA: p. 117):

Quase apetece substituir em certos passos nomes geográficos e nomes de pessoas e com pequena diferença nos textos compor um livro de história contemporânea. É que na realidade continuamos contemporâneos de Filipe, que é todos os ambiciosos “fadados para altos destinos”, como dizem aqueles que não crêem no destino; contemporâneos dos oradores, que só lisonjeiam o público e o induzem contra o interesse, ou o que é o mesmo, a velar o verdadeiro interesse; contemporâneos das subtilidades – ou que os interessados supõem sê-lo – com que se oculta o verdadeiro aspecto das coisas; e tanto da época das ilusões perigosas, que ainda há pouco tempo um filme punha em cena uma espécie de Demóstenes errante, pregando por toda a parte cautela e precaução, entre o sorriso incrédulo de um auditório restrito.

²² Para outras referências sobre o autor, veja-se Barata-Moura (2003), Serrão e Fernandes (1986) e toda a sua obra filosófica publicada em três volumes pela Fundação Calouste Gulbenkian (1986-1988).

Aspectos da *translatio* de Latino Coelho e Vieira de Almeida

Não cabe aqui apreciar todos os aspectos específicos da tradução de um texto que combina estilos e figuras de retórica por meio das quais se vislumbra o clarão de uma civilização que tantas vezes iluminou o Ocidente, e talvez por isso nunca deixou de atrair o discurso político²³. Fiquemo-nos pelo exórdio. Longo tempo considerado uma obra-prima da oratória grega, o exórdio da *Oração da Coroa* sempre foi um enorme quebra-cabeças para os alunos de grego. Nos cursos de filologia clássica da Europa era prática habitual os professores convidarem os alunos a decorar e a declamar o temível exórdio, respeitando religiosamente as cláusulas do famoso *Πρῶτον μὲν, ὧ ἄνδρες Ἀθηναῖοι*²⁴. Vejamos a título ilustrativo alguns aspectos da tradução comparando o texto grego de Demóstenes e as versões de Latino Coelho e de Vieira de Almeida.

Περὶ τοῦ Στεφάνου, 1-2	Latino Coelho, século XIX	Vieira de Almeida, século XX
<p>1. Πρῶτον μὲν, ὧ ἄνδρες Ἀθηναῖοι, τοῖς θεοῖς εὐχόμεθα πᾶσι καὶ πάσαις, ὄσσην εὐνοίαν ἔχων ἐγὼ διατελῶ τῆ τε πόλει καὶ πᾶσιν ὑμῖν, τοσαύτην ὑπάρξει μοι παρ' ὑμῶν εἰς τουτονὶ τὸν ἄγῶνα, ἔπειθ' ὅπερ ἐστὶ μάλισθ' ὑπὲρ ὑμῶν καὶ τῆς ὑμετέρας εὐσεβείας τε καὶ δόξης, τοῦτο παραστήσῃ τοὺς θεοὺς ὑμῖν, μὴ τὸν ἀντίδικον σύμβουλον ποιήσασθαι περὶ τοῦ πῶς ἀκούειν ὑμᾶς ἐμοῦ δεῖ 2. (σχέτλιον γὰρ ἂν εἶη τοῦτό γέ), ἀλλὰ τοὺς νόμους καὶ τὸν ὄρκον, ἐν ᾧ πρὸς ἅπασιν τοῖς ἄλλοις δικαίοις καὶ τοῦτο γέγραπται, τὸ ὁμοίως ἀμφοῖν ἀκροάσασθαι. [...]</p>	<p>Princípio, Athenienses, exorandando todos os deuses e deusas para que n'este julgamento vos inspirem em meu favor tanta benevolência, quanta hei sempre manifestado pela republica e por todos vós. Pedir-lhes-hei depois — o que mais que tudo importa á vossa religião e á vossa gloria — que vos assistam para que no modo, por que devo defender-me, não consulteis o meu acusador, — seria duro o vosso proceder —, senão as leis, e o vosso juramento no qual entre outras coisas justas está escripto: “que se escutem igualmente os dois adversários.” [...]</p>	<p>Em primeiro lugar, Atenienses, rogo a todos os deuses e deusas que me retribuais neste debate com igual benevolência aquela que eu sempre tive para convosco e para com a cidade; em segundo lugar que os deuses — e isso muito importa à vossa glória e à vossa religião — vos inspirem a sentença, para que não consulteis o adversário no modo como devo ser ouvido — o que seria iníquo — mas as leis e o juramento, onde além de muitas outras coisas cheias de justiça, se contém aquela: “Devem ouvir-se igualmente as duas partes”. [...]</p>

As primeiras palavras do discurso são um tópico comum da oratória ateniense. À semelhança da apologia de Sócrates, também Demóstenes começa por *prōton mén, ô andres at-henaioi*. *Prōton* é a primeira palavra do discurso que, em correlação com *epeita* (“em segundo

²³ Dionísio de Halicarnasso dá como exemplo do estilo grandioso Tucídides e Demóstenes, mas avalia de simples o estilo do orador Lísias, e de médio o de Isócrates e Platão. Cf. D. H. *Demóstenes* 1-3.

²⁴ Sobre as cláusulas em Demóstenes, cf. Quintilien (1995).

lugar, depois”), estrutura o ritmo da frase e a lógica do discurso e do pensamento oratório. Latino Coelho verte *prôton* pela forma verbal “principio”, facto que afecta a estrutura sintáctica da frase, pois a seguir verte uma forma verbal tão simples como *euchomai* (rogo, peço, suplico) por um gerúndio forçado, “exorando” (do latim *exorare*). Ao verter *prôton* pelo seu sentido adverbial “em primeiro lugar”, Vieira de Almeida chama logo a atenção do ouvinte/leitor para o clima de benevolência divina e bondade humana que deve inspirar todo o debate judicial. Em ambos os tradutores, registe-se a versão perfeita de *eunoia* por “benevolência”, um termo-chave do discurso judiciário cujo objectivo é alcançar a benevolência dos juízes, a chamada *captatio benevolentiae*²⁵. Traduzir *eusebeia* e *doxa* por “religião” e “glória” é uma opção que pode suscitar dúvidas, porquanto está em causa o sentimento não só de “religião”, mas de “piedade”, termo este desde sempre associado ao léxico da tragédia; *doxa*, por seu lado, apresenta valores semânticos aproximados a “reputação, fama”²⁶, ainda que na linguagem platónica *doxa* (“opinião que pode ser justa”) apresente valores opostos a *episteme* (“ciência”).

Mais adiante traduz-se *pólis* por “república”, *ecclesia* ou *boulê* por “senado”. De boa tradição platónica, parece-nos, no entanto, imprópria uma e outra versão. Melhor seria verter *pólis* por “cidade” ou “estado”, *ecclesia* por “assembleia” e *boulê* pelo seu sentido exacto de “conselho”. Se bem que a intenção não seja discutir as instituições políticas atenienses, são pelo menos anacrónicos os termos utilizados no contexto político do século IV ateniense.

Tal como acontece para os termos que referem instituições gregas, não é raro encontrar frases e palavras cuja tradução seja menos clara. Por exemplo:

Após largo tempo decorrido, acumulando mil imputações, vitupérios e convícius, desempenha contra o seu ofício de histrião (LC: p. 5).

Ordenar ao architecto que lhes não desse lugar nos espectáculos? (LC: p. 9)

Quiz a sorte que [...] ao entrar na adolescência, fizesse coisas consoantes à minha honesta criação; presidir a jogos oferecidos ao povo a expensas minhas, equipar trirremes à minha custa, acudir de minha fazenda aos gastos da república... (LC: p. 85)

Corrido tanto tempo sobre os crimes, acumulando ataques e insultos, procede como histrião (VA: § V).

Não devia mandar que o architecto lhes desse lugar como espectadores? (VA: § VII)

Saído da infância fiz coisas condizentes, exercer cargos de almotacé, armar trirremes, contribuir para os tributos, não recusar a minha liberalidade quer em caso privado quer público, e ajudar os amigos e a república... (VA: § XXXIII).

²⁵ *Eunoia* exprime não apenas “simpatia”, mas “o desejo activo de fazer o bem”, “benevolência” que o acusado espera em retribuição da sua generosidade.

²⁶ O texto original é mais incisivo e diz o seguinte: “é sobretudo (μάλιστα) do vosso interesse e da vossa piedade e reputação”.

“Histrião”, para verter *hypokrinetai*, alude, é certo, à antiga profissão de Ésquines como actor trágico (*hypocritês*), mas atribui-lhe uma conotação pejorativa que o termo não permite de base e que uma pequena nota explicativa podia esclarecer; o termo *architécton* não tem, na *Oração da Coroa*, o sentido literal de “arquitecto”, mas um significado mais técnico e específico: “administrador do teatro”; no terceiro parágrafo, a versão do texto em ambos os autores obscurece mais do que esclarece o sentido, porque o que o texto diz é o seguinte: “saído da infância, fiz por agir em conformidade, exercer os cargos de corego, trierarca e contribuinte exemplar, nunca recusar a minha liberalidade nem a particulares nem ao estado, ser útil aos amigos e à cidade”.

A onomástica clássica tem contribuído para o enriquecimento lexical das línguas, mas também constitui um dos problemas mais espinhosos para o tradutor, em especial a tradução de antropónimos, topónimos ou etnónimos muito frequentes em grego e particularmente em textos de natureza judicial como este. Latino Coelho e Vieira de Almeida procuraram a solução mais simples e eficaz, mas talvez a menos clara, adoptando critérios variáveis de adjectivação de topónimos e etnónimos. Vocábulos como *peaniense* (natural do demo de Peania ou Paiania), que é como quem diz “lisboeta” ou “setubalense”, *ramnúsió* (de Ramnunte, demo da Ática) ou *maratónio* (de Maratona) mereciam uma nota explicativa ao leitor moderno. Também mereciam breve nota certos termos técnicos da vida cultural, política e administrativa ateniense, tais como “tritagonista”, “tesmóteta”, “agonóteta”, “navarca”, “anfictião”, etc., como de resto, o faz com êxito Vieira de Almeida para os cronónimos de meses e anos.

A *translatio* é uma operação delicada e complexa, e, no caso de um texto longo e difícil, exige rigor e atenção especial. A ossatura do discurso demosténico não se deixa agarrar com ligeireza e o tradutor é forçado a procurar critérios e técnicas funcionais para fazer sentir os harmónios do texto em português fluente. Nesse sentido ambos os autores primam pela elegância, sobriedade e equilíbrio. Mas, se expus aqui alguns aspectos mínimos de ambas as versões, outros, mais ágeis na arte da *translatio auctorum*, também se pronunciaram criticamente sobre os dois tradutores. No seu excelente prefácio à já referida edição fac-similada de Latino Coelho de 1914, Maria Helena da Rocha Pereira é peremptória: “podemos afirmar que, no seu conjunto, a tradução é feita com elegância e fidelidade e que atinge o nível da excelência nos seus passos mais célebres”. Não obstante, reconhece que “a linguagem é matizada de latinismos e de palavras raras”, que o tradutor é hábil no uso da “perífrase”, mas enfático na duplicação de termos originais ou “omisso ocasional de palavras ou frases” (Pereira 1987: 19-20).

Em contrapartida, na sua carta-prefácio à tradução de Vieira de Almeida, Rebelo Gonçalves (121-122), discípulo do mesmo, escreve *non sine quodam rubore*:

Sinto-me realmente obrigado a dizer-lhe, arredada a lisonja, que esta redacção portuguesa da *Oração da Coroa* se distingue por virtudes que não encontro na de Latino Coelho, nem tão-pouco em várias outras, estrangeiras, do meu conhecimento. Há nela, acima de tudo, uma clareza e uma sobriedade que faltam amiúde nas reproduções modernas do texto demosténico.

O nosso Latino deu-nos linguagem vernácula, não o contexto; mas comprouve-se em nos dar também... ênfase desmedida e estilo fartamente arrebicado, à parte variadíssimos senões de pormenor. São pechas que se repetem em tradutores de outras bandas, atraídos, por ilusão, ao gosto do empolado e do ataviado, como se estes bastassem para reproduzir o tom de certas páginas oratórias antigas. Em Vieira de Almeida, pelo contrário, há o senso de que a limpidez e a temperança verbal, longe de conduzirem à tibieza ou frouxidão, constituem muitas vezes os verdadeiros meios de se obter a imagem, quanto possível aproximada, da clara e sóbria oratória ática. Sob este aspecto, pelo menos, a sua versão não é inferior à francesa de Mathieu, à inglesa dos irmãos Vince, à italiana de Mariotti.

Modernidade e actualidade de Demóstenes

Que aconteceu a Demóstenes depois deste processo judicial? Terá ele sobrevivido à catástrofe que arrasou Atenas? Terá ele sobrevivido ao ódio que alimentou contra Filipe? Ou terá ele sido vítima do processo que ele próprio ajudou a montar e tão brilhantemente defendeu? Demóstenes não é filósofo como Platão, é político ambicioso e clarividente que sucumbiu ao exílio e à morte em defesa da liberdade, num processo já de si sombrio, como sombrio fora o de Sócrates em 399²⁷.

Tal como os heróis das tragédias de Ésquilo, Demóstenes aprendeu que as grandes causas se ganham pelo sofrimento, que a dignidade e a liberdade exigem até o sacrifício da

²⁷ Por altura do processo de Sócrates, Demóstenes era ainda um efebo, um rapaz com cerca de quinze anos de idade. Recorde-se que, na Primavera de 399 a. C., Sócrates comparece perante o tribunal dos Heliastas para responder a uma acusação de impiedade. Sócrates começa a sua defesa com esta fórmula consagrada: "Em primeiro lugar, Atenienses, devo responder às acusações....", a mesma com que Demóstenes inicia a sua defesa.

própria vida. Vencedor de Ésquines, vê o seu prestígio a declinar, sendo obrigado a fugir de Atenas. Ainda vislumbrou o esplendor de Alexandre, ainda manobrou habilmente poderes e alianças, ainda negociou com Hárpalo, ministro das finanças e traidor de Alexandre, mas em vão. Refugiado no templo de Posídon na ilha de Caláuria, cercado pelas tropas macedónicas enviadas por Antípatro, simulou a redacção de uma carta e, levando a pena à boca, aspirou o veneno letal que ela continha. Caiu fulminado aos pés do altar, em Outubro de 322 a. C.

Nem Demóstenes nem a sua obra morreram com ele. Contrariamente ao que se passou com outros géneros, a eloquência é como a fénix, renasce constantemente ao longo da Antiguidade Greco-Romana. Diodoro Sículo reconhece que é pela arte da palavra que os Gregos se elevam e distinguem dos outros povos²⁸. Com Demóstenes, a arte da palavra transforma-se em crença, melhor dito, em convicção, psicagogia. Seguindo a matriz da eloquência ática, Cícero e Quintiliano definirão os moldes da eloquência latina e estabelecem eles próprios aquilo que viria a ser o modelo e o cânone da oratória ocidental. A partir do século I d. C., a admiração por Demóstenes foi por demais adulatória e fantasmática: orador por excelência, modelo de todas as qualidades oratórias. Plutarco, um grego do século II ao serviço da Roma Imperial, ao comparar nas suas *Vidas Paralelas* Demóstenes e Cícero, muito contribuiu para criar de Demóstenes a imagem do orador homem de estado, defensor intransigente da liberdade e da democracia. Em pleno século II d. C., a figura de Demóstenes parece assombrar o imaginário dos sofistas. Élio Aristides (117-181), um aristocrata jónico ao serviço de Antonino Pio e um dos maiores expoentes da Segunda Sofística, relata nos seus *Discursos sagrados* que a imagem do orador lhe apareceu em sonhos.

Falada ou escrita, os mestres da eloquência ática abraçaram *logos* e *ergon* numa conjugação de oratória e pragmática, outras vezes fizeram prevalecer a palavra sobre a acção ou o esplendor oratório de um momento único e sublime sobre o discurso reescrito legado à posteridade. Mas na arte da palavra até os príncipes da oratória fraquejam. Com efeito, um dos maiores fracassos do orador é relatado pelo próprio Ésquines no discurso *Sobre a Embaixada Infiel*. Na embaixada ao rei Filipe da Macedónia – conta Ésquines – Demóstenes, como que atarantado diante de uma assembleia atenta

²⁸ *Biblioteca*, 1.5-6. As escolas superiores de retórica nascem em Atenas no século IV, sob o impulso de Isócrates.

Este orador cria um modelo de retórica que se difunde por toda a Grécia. Em Roma não havia ensino superior, por isso os jovens de boas famílias procuravam as melhores escolas no estrangeiro para alimentar as suas ambições culturais e políticas. César estudou em Rodes, Cícero em Rodes e Atenas, Octávio em Apolónia no Epiro, Horácio em Atenas, Ovídio em Atenas, na Ásia e na Sicília.

e exigente que esperava ouvir maravilhas da sua eloquência, apenas conseguiu balbuciar um pequeno preâmbulo imperceptível. Convidado a recompor-se por Filipe, o orador retomou a palavra, mas da sua boca não saíram mais que uns sons ininteligíveis. Todo o seu discurso foi fracasso.

A tradição oratória, sempre sedenta de elementos fisiognómicos e prosopográficos, manteve para a posteridade uma série de curiosidades, histórias e episódios que constituem o anedotário demosténico²⁹. Conta-se que Demóstenes, cansado de fracassos e vitupérios alusivos às suas deficiências, terá desaparecido de Atenas e ter-se-á exilado numa caverna onde trabalhou duramente para melhorar a sua dicção, voz e postura oratória. Consta igualmente que sabia de cor *A História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, cujo texto integral declamava sobre o alto de uma falésia com a boca cheia de seixos. Esta história tê-la-á contado ele próprio ao seu amigo Demétrio de Falero; são também conhecidos os exercícios de cordas vocais e o aparato teatral frente a um espelho.

Estas versões lendárias não correspondem inteiramente à verdade. Hoje sabe-se que o orador, disposto a superar todas as suas deficiências, se fechou numa biblioteca subterrânea, uma espécie de cela construída na cave da sua casa, onde trabalhou duramente a arte da dicção, da inovação, da acentuação e da respiração com o actor trágico chamado Sátiro. É o conhecido exílio literário. Para não cair na tentação de sair de casa ou de voltar à assembleia, rapou apenas um dos lados da cabeça. Outra anedota menos edificante reza o seguinte: o orador terá recebido de Hárpalo uma taça em ouro de filigrana roubada do tesouro de Alexandre Magno e apresentou-se na assembleia ateniense com o pescoço bem envolvido num cachecol de lã. Convidado a falar, respondeu por sinais que estava afónico. Os membros da assembleia gracejaram e diagnosticaram não uma angina, mas uma *argentina* (Plut. *Dem.* 30).

Num estudo sobre a época de Demóstenes, Mogens-Herman Hansen (2001) demonstrou como o orador continua a influenciar o pensamento político moderno. Numa apaixonada análise do século IV, o autor toca em pontos cruciais que afectam e preocupam a modernidade: a rápida evolução das instituições atenienses, o progresso dos ideais democráticos, o apogeu da eloquência ática, o fim da democracia ateniense. O uso contemporâneo de conceitos tais como “estado”, “separação de poderes”, “poder de decisão”, “estado social” são base para uma reflexão sobre as grandes questões actuais

²⁹ Os episódios anedóticos em torno do orador provêm de diversas fontes clássicas: Cic. *Orat.* 26 e 56-58; de *Orat.* 1.261; Plut. *Dem.* 7-11; Quint. *Inst.* 11.3 (sobre o assunto, cf. Valloza 2012).

das democracias ocidentais, do papel do cidadão na sociedade, do dever das instituições, da responsabilidade dos chefes de estado, dos “superiores interesses da nação”, ou do estado social.

Mas qual foi, em substância, o contributo do orador para a cidadania ateniense e qual o papel desempenhado pelos cidadãos em Atenas? Que se deve entender por participação? Eurípides, que Aristóteles considera o “mais trágico dos poetas trágicos”, toma a palavra em *As Suplicantes* para afirmar que a cidade de Atenas “não é governada por um só homem; ela é livre. O povo é soberano; cada um recebe o poder à sua vez por um ano. A cidade não confere privilégio à riqueza. O pobre e o rico gozam de direitos iguais” (vv. 405-408).

Demóstenes é contemporâneo de Aristóteles. Nem um nem outro são poetas como Eurípides, mas ambos partilham dos mesmos ideais de cidadania. Em pleno século IV a. C., um e outro contribuem decisivamente para a definição dos conceitos fundamentais de cidadão (*polítês*) e de cidadania (*politeia*). Ambos concordam que o cidadão não se define pelo lugar onde vive, como vive, se é rico ou pobre, onde reside ou onde se naturalizou (como é o caso de metecos e escravos). O cidadão só existe em democracia, sendo privilégio único participar na vida da *polis*, seja ela qual for. Por outro lado, os oradores e filósofos do século IV seguem a boa tradição das instituições políticas de Sólon, fundadas no princípio da igualdade de direitos e deveres dos cidadãos (*isonomia*), no conceito da boa lei (*eunomia*) e no princípio da igualdade de palavra (*isêgoria*). A participação é directa e soberana nas instituições públicas. Na Assembleia vota-se de braço levantado. Aristóteles acrescenta que a cidadania ateniense está estreitamente ligada ao exercício do poder e das magistraturas (*archê*³⁰) reunidas em assembleia (*Ecclesia*).

Nem tudo são rosas na democracia ateniense. É sabido que os cidadãos recebiam um salário (*mysthos*) pelo pleno exercício dos seus direitos de cidadania na Assembleia. Este tributo passou progressivamente a subsídio social e servia para ajudar os cidadãos mais carenciados ou sem recursos, para comprar trigo e outros alimentos em tempo de guerra, enfim para pagar aos juízes e alimentar toda a complexa magistratura do Estado e das liturgias culturais (Hansen 2001: 98, 302), mas não vemos Demóstenes levantar a voz contra estes privilégios. Pelo contrário, os filósofos e sofistas gregos criticam duramente este benefício, pois segundo eles tratava-se de uma medida demagógica que

³⁰ O termo *archê* indica “soberania, poder, autoridade”, mas também “magistratura”; cf. Aristóteles, *Pol.* 3.1.1275a.

favorecia os cidadãos e que os levava a escolherem as magistraturas remuneradas. Falha maior ainda é o etnocentrismo político e jurídico ateniense, cuja prática atentava gravemente contra a própria democracia que excluía da vida cívica e democrática as mulheres, os escravos, os metecos e os filhos bastardos (*nothoi*)³¹.

Em conclusão. Face ao que acabámos de dizer, talvez a figura do orador possa vir a inspirar no espaço europeu mais associações ligadas à cidadania democrática, aos direitos dos cidadãos com deficiência ou até a concursos de eloquência e oratória³². Acresce dizer que há na vida de Demóstenes aspectos que ainda hoje atraem não só psicólogos, educadores e terapeutas da fala, mas também estudiosos da sociologia política que se interrogam sobre o papel da oratória no pensamento político moderno. A própria vida do orador está repleta de episódios de superação, consumados na luta titânica contra a fatalidade, a *anankê*. Como diriam os pedagogos e psicólogos de hoje, Demóstenes é um fenómeno de grande tenacidade, cujas componentes psíquicas e funcionais (memória, intuição, sensibilidade) constituem uma resistência à adversidade e que fazem de um vencido um vencedor, transformando um defeito ou falha em competência, talento ou génio.

Referências Bibliográficas

Barata-Moura, José (2003). "O Lugar do Conhecimento na Concepção de Filosofia de Vieira de Almeida". In *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Volume V: *O Século XX*, tomo 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-326.

Demóstenes (1987). *A Oração da Coroa*, versão precedida de um estudo sobre a civilização da Grécia por Latino Coelho, pref. Maria Helena da Rocha Pereira. Texto original fac-similado da edição de 1914. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

— (2008). *Oração da Coroa*, trad., pref. e notas Vieira de Almeida, introd. Abel Pena. Lisboa: Sá da Costa.

Démosthène (1947). *Plaidoyers Politiques*, ed. Georges Mathieu. Tomo IV, Paris: Les Belles Lettres.

— (2000). *Sur la couronne*, ed. e trad. Georges Mathieu, introd. e notas Claude Mossé. Paris: Les Belles Lettres (1947).

³¹ Em 451 a. C., Péricles promulga um decreto que concede o estatuto de cidadão apenas aos filhos nascidos de pai e mãe cidadãos, sendo que até à data bastava ser descendente de um pai ateniense. Se o decreto reconhece positivamente à mulher o estatuto de cidadã e valoriza a dupla filiação, por outro lado retira o estatuto de cidadão aos filhos nascidos de um só pai ou nascidos fora do casamento. Assim sendo, estes não teriam direito ao *mysthos*. Cf. Plutarco, *Péricles*, 37.3-4.

³² Na Universidade de Aix-Marseille existe desde 1995 um destes concursos sempre esgotado, chamado Démosthène (informações na página electrónica da Association Démosthène: <http://demosthene.asso.fr/>).

- Duchêne, Hervé (1995). *L'or de Troie ou le rêve de Schliemann*. Paris: Gallimard.
- Ferreira, José Ribeiro (2004). *A Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70.
- Gagarin, Michael (2012). "Law, Politics, and the Question of Relevance in the Case On the Crown". *Classical Antiquity*, 31.2: 293-314.
- Gonçalves, Maria Isabel Rebelo (1978-1979). "Os Nomes Próprios na versão da *Oração da Coroa* de Demóstenes por Latino Coelho". *Euphrosyne*, 9: 39-74.
- Hansen, Mogens-Herman (2001). *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes: structure, principles, and ideology*, trad. J. A. Crook. Bristol: Bristol Classical Press.
- Lesky, Albin (1995). *História da Literatura Grega*, trad. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, Oliveira (1926). *Correspondência*, pref. e notas Francisco Assis Oliveira Martins. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- (1985). *O Helenismo e a civilização cristã*, pref. Dr. José Marinho. Lisboa: Guimarães Editores.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (1987). "Prefácio". In Demóstenes (1987: 7-29).
- Pernot, Laurent (1986). "Lieu et lieu commun dans la rhétorique antique". *BAGB*, Vol.1 N. 3: 276-277.
- (2002). "La survie de Demosthène et la contestation de la figure de l'Orateur dans le monde gréco-romain". *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 146.2: 615-636. Disponível em http://www.persee.fr/doc/crai_0065-0536_2002_num_146_2_22455, acedido a 15 de Junho de 2016.
- Pires, Lídia Maria Cardoso (1997). "A Construção da Memória: Sobre a História e as Histórias com Oliveira Martins". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Filosofia*, 14: 331-384. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1926.pdf>, acedido a 15 de Junho de 2016.
- Quintilien (1995). *Le secret de Démosthène*. Paris: Les Belles Lettres.
- Serrão, Joel e Rogério Fernandes (1986). "Introdução ao Estudo da Filosofia de Vieira de Almeida". In Vieira de Almeida, *Obra Filosófica*. Vol. I: 1911-1940. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. ix-cxxii.
- Todd, S. C. (2005). "Law and Oratory at Athens". In *Cambridge Companion to Ancient Greek Law*, ed. Michael Gagarin e David Cohen. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 97-111.
- Valloza, Maddalena (2012). "La voce de Demostene nella tradizione aneddotica". *Maia*, 64.2: 209-219.
- Yunis, Harvey (2005). "The Rhetoric of Law in Fourth-century Athens". In *Cambridge Companion to Ancient Greek Law*, ed. Michael Gagarin e David Cohen. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 191-208.